

ANÁLISE DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Alessandra Rodrigues Guimarães

Doutoranda na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro (SP)

E-mail: *alessandraufu@gmail.com*

José Giacomo Baccarin

Prof. Dr. da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Rio Claro (SP)

E-mail: *baccarin@fcav.unesp.br*

Resumo: Em meados da década de 1970, ocorreu o primeiro censo agropecuário pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com intuito de levantar diversas informações sobre a produção, a propriedade e pessoas ocupadas. No decorrer dos anos, foram realizados outros censos agropecuários, com a finalidade de analisar e comparar as informações com os censos passados, e ter um panorama da agricultura brasileira. Foram realizados censos em 1980, 1985, 1996 e 2006, e a partir desses dados podemos levantar informações sobre a estrutura agrária de cada região, compreendendo melhor os efeitos da modernização da agricultura, acentuada na década de 1970. O presente trabalho visa analisar a estrutura agrária no estado de Minas Gerais, avaliando os dados obtidos nos censos agropecuários, e, partir deles, compreender as mudanças que aconteceram.

Palavras-chave: Censo Agropecuário. Estrutura Agrária. Minas Gerais. Panorama da agricultura.

ANALYSIS OF AGRICULTURAL CENSUSES IN THE STATE OF MINAS GERAIS

Abstract: In the mid 1970s, the first agricultural census was conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), with the purpose of collecting various information about production, property and occupied persons. Over the years, other agricultural censuses were carried out, with the purpose of analyzing and comparing the information with the past censuses, and having a panorama of Brazilian agriculture. Censuses were carried out in 1980, 1985, 1996 and 2006, and from these data we can gather information on the agrarian structure of each region, better understanding the effects of the modernization of agriculture, accentuated in the 1970s. Agrarian in the state of Minas Gerais, evaluating the data obtained in the agricultural censuses, and, from them, understand the changes that have taken place.

Key words: Agricultural Census. Agrarian Structure. Minas Gerais. Overview of agriculture.

1 Introdução

O estudo e análise da questão agrária brasileira no período recente, em específico no estado de Minas Gerais, traz importantes informações para compreender os impactos da modernização tecnológica na estrutura agrária. Ao realizar um diagnóstico mais aprofundado dos dados, podemos estabelecer um perfil de produção e a área destinada para tal fim; uso e ocupação do solo; criação de animais; tamanho dos estabelecimentos¹ e concentração

¹ De acordo com IBGE (2016), considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a

fundiária; condição do produtor rural; força de trabalho empregada nos estabelecimentos rurais; número de pessoas que trabalham no estabelecimento e o grau de parentesco de acordo com o tamanho da propriedade.

O estado de Minas Gerais, nos últimos anos intensificou o uso de tecnologias mecânicas e químico-biológicas no campo, fazendo com que tivesse maior capacidade de produzir alimentos. Ao mesmo tempo fortalecem-se os laços econômicos e técnicos da agricultura com setores industriais, tanto em relação à necessidade de produtos químicos e maquinários para sua plantação/produção, quanto na manutenção da lavoura e no seu escoamento. Os produtos industriais estão presentes em todas etapas de produção da agricultura, dando novas determinações à produção agropecuária. O estado de Minas Gerais destaca-se na produção de batata inglesa, café, feijão, laranja, mandioca e tomate, também possui grande destaque na produção de leite e café, sendo o maior produtor nacional, além de representar grande participação em outros setores agropecuários como cana-de-açúcar, soja e silvicultura (SILVA; SOUZA; MARTINS, 2012).

Minas Gerais apresenta diversidades nos aspectos naturais (relevo, hidrografia, solos e vegetação), econômicos, sociais, demográficos, culturais, urbanos e rurais. Por ser o estado que possui mais municípios (853) no Brasil, também apresenta um grande número de conflitos e tipos de movimentos de luta e resistência no campo, apresentando diferentes níveis de desenvolvimento e dinamismo agrícola e agroindustrial resultantes da intensa modernização ocorrida a partir do final dos anos 1960.

Com a finalidade de compreender melhor como se consolidou o espaço agrário mineiro, este artigo propõe uma análise dos dados do Censo Agropecuário obtidos pelo IBGE, no decorrer dos anos de 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006, observando a evolução ou retrocesso dos indicadores no período em que ocorreram o Censo Agropecuário.

Para a confecção deste artigo, foi realizado um estudo analítico dos indicadores do Censo Agropecuário no estado de Minas Gerais, entre os anos de 1975 e 2006, com o intuito de verificar se há ou não a expansão de monoculturas como a cana-de-açúcar, a soja e o milho; a concentração fundiária; o grau de parentesco das pessoas empregadas nos estabelecimentos; dentre outros indicadores importantes para a compreensão da estrutura agrária do estado. Estes indicadores foram escolhidos com o objetivo de analisar as

um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

informações no decorrer dos anos em que houve o censo agropecuário, a fim de interpretar as evoluções e retrocessos que ocorreram nesse período no Estado de Minas Gerais. A pesquisa é composta por dados fornecidos pela estatística descritiva, tendo como base a análise gráfica e tabular de dados secundários fornecidos pelo IBGE.

Referente à estrutura do artigo, além da Introdução e das Considerações Finais, o trabalho inicia-se com uma análise acerca da Estrutura Agrária Mineira, retratando o uso e ocupação do solo, as principais lavouras, as principais atividades pecuárias, a estrutura fundiária, a condição do produtor na propriedade, o número de tratores de acordo com o tamanho do estabelecimento, o número de pessoas e o tipo de ocupação nos estabelecimentos agropecuários.

2 Mudanças na estrutura agrária mineira

A agricultura, ao longo do tempo passou por diversas transformações, e, em cada época, foi pautada de acordo com o regime que estava em vigor. As mudanças mais evidentes que ocorreram na agricultura foram a partir do momento em que o sistema capitalista começou a vigorar em nossa sociedade, primeiramente alterando as áreas urbanas, com a intensa industrialização e utilização da mão-de-obra vinda do campo. Em um segundo momento, esse processo de mecanização e de modernização das tecnologias, chegou nas áreas rurais, proporcionando um salto na agricultura no que diz respeito à produtividade e à circulação das mercadorias produzidas no campo. Mas, por detrás dessa evolução, encontramos outro viés do capitalismo agrário, como o alto consumo de agrotóxicos, a degradação do ambiente, a priorização do cultivo de monoculturas para exportação, a condição do trabalhador rural, a exclusão do pequeno produtor dos pacotes tecnológicos, dentre outros inúmeros fatores que demonstram as contradições presentes no campo devido à inserção do capitalismo nas áreas rurais (ABRAMOVAY, 1992).

Em relação ao paradigma do capitalismo agrário, encontramos autores que defendem e se baseiam nessas ideias, na qual concordamos com eles. Autores como Lênin (1899/1985) e Kaustsky (1986) são fundamentais para dar a base nessa discussão e para compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Os autores Lamarche (1993,1998) e Abramovay (1992) que também defendem essas ideias realizaram suas pesquisas em lugares distintos, mas que são fundamentais para compreendermos como a agricultura se desenvolveu no território brasileiro.

Concordamos com as ideias defendidas por Abramovay (1992), quando faz referência ao camponês e ao agricultor familiar, explicando a metamorfose pela qual este agricultor passa. Para ele, os agricultores

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, para onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas condições da reprodução social. (ABRAMOVAY, 1992, p. 126).

Ainda concordando com o autor,

[...] o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. [...] Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 1992, p. 126/127).

Coadunamos com Abramovay ao afirmar que, para os agricultores continuarem no campo, eles precisam se inserir ao modo de produção capitalista, que já está presente no campo brasileiro. Os agricultores têm que se adaptar às mudanças, com isso, eles estarão inseridos dentro da lógica de produção e de comercialização que o capitalismo proporciona, podendo continuar no campo com seus cultivos, não sendo obrigados a abandonar suas terras. O estado de Minas Gerais faz parte dessa lógica de produção, os agricultores mineiros já fazem parte desse sistema, no qual podemos verificar nos dados analisados no artigo a inserção destes agricultores na produção mineira, como a estrutura fundiária, a distribuição dos estabelecimentos, a utilização da força de trabalho, dentre outros indicadores que nos mostram como é a estrutura agrária mineira.

Minas Gerais possui 586.852,35 quilômetros quadrados, com um total de 19.597.330 habitantes, destes, 85,3% estão nas áreas urbanas e 14,7% no meio rural (IBGE,

2010). De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), há em Minas, 551.617 estabelecimentos rurais, que se espalham pelos 853 municípios do estado.

Na tabela 1 podemos visualizar a distribuição dos estabelecimentos ao longo dos anos, de acordo com o tamanho da área. Em 1975 predominavam os estabelecimentos entre dez e cem hectares, representando 52,8% do total, já os estabelecimentos entre zero e dez hectares representavam 28,0%. Já no ano de 2006, os valores dos dois grupos de estabelecimentos ficam mais próximos, os estabelecimentos entre zero e dez hectares aumentaram sua proporção, alcançando quase 44% dos estabelecimentos mineiros, e, ao analisar os outros dados, percebemos que neste ano houve uma pequena diminuição dos outros estabelecimentos, e somente este conseguiu aumentar sua representatividade. Este fato deve-se provavelmente a sucessão dos estabelecimentos familiares, dividindo a herança entre eles, fazendo com que a área do estabelecimento fique menor do que a área original, aumentando 16% o seu número em relação ao ano de 1975.

Tabela 1 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e respectivas áreas de acordo com grupos de área, em mil hectares, e participação percentual, Minas Gerais, 1975-2006

Grupo (ha)	Item	1975		1980		1985		1996		2006	
		Valor	%								
0 a 10	Núm	129.826	28,0	137.804	28,8	183.099	33,3	169.638	34,2	235.701	43,9
	Área	655,60	1,5	689,90	1,5	854,30	1,9	750,80	1,8	899,20	2,7
10 a 100	Núm	244.428	52,8	252.353	52,7	276.812	50,4	246.286	49,6	239.697	44,7
	Área	9.093,70	20,4	9.216,50	19,9	9.857,10	21,5	8.848,50	21,7	8.052,70	24,3
100 a 1000	Núm	83.196	18,0	83.357	17,4	84.497	15,4	75.805	15,3	57.840	10,8
	Área	21.849,1	49,0	21.793,2	47,0	21.857,9	47,7	19.546,8	47,9	14.816,6	44,8
Mais 1.000	Núm	5.452	1,2	5.433	1,1	5.227	1,0	4.529	0,9	3.548	0,7
	Área	13.024,9	29,2	14.662,7	31,6	13.267,3	28,9	11.665,5	28,6	9.315,0	28,2
Total	Núm	462.902	100	478.947	100	549.635	100	496.258	100	536.786	100
	Área	44.623,3	100	46.362,3	100	45.836,6	100	40.811,6	100	33.083,5	100

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009).

Org.: Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G., 2016.

Ao contrário dos estabelecimentos com menos de cem hectares, percebemos que o número de estabelecimentos com mais de mil hectares pouco variou ao longo desses 31 anos, pois em 1975 havia 5.452 estabelecimentos agropecuários, em 1985 esse total permaneceu praticamente o mesmo, entretanto, a área desses estabelecimentos aumentou nesse período, passando de 13.024,9 para 13.267,3. Este fato provavelmente ocorreu pela incorporação de uma propriedade por outra, advindo assim o aumento de sua área.

Aprendemos também que o número total de estabelecimentos no decorrer dos anos analisados aumentou, passando de 462.902 em 1975, para 536.786 em 2006, porém a área desses estabelecimentos diminuiu, no primeiro censo agropecuário a área total era de

44.623,3 hectares, e, no último censo a área era de 33.083,5 hectares, ocasionando a diminuição de 11.539,8 hectares. Alguns fatores podem estar relacionados a essa ocorrência, como a criação de leis ambientais mais rígidas, criando áreas de preservação permanentes e unidades de proteção, e também um levantamento censitário mais fidedigno no decorrer dos anos, melhorando a forma de aplicação e de análise dos dados.

De acordo com Baccarin e Pereira (2016), a metodologia utilizada nos censos agropecuários variou no decorrer dos anos. Os censos de 1975, 1980 e 1985 consideraram como data de referência, 31 de dezembro de cada um dos anos e, como período de referência, cada um desses anos. No Censo de 1985 é especificado que a aplicação dos questionários foi feita entre janeiro e março de 1986, supondo-se que os de 1975 e 1980 tenham sido aplicados nos mesmos meses de 1976 e 1981.

Já o Censo 1995/96 (daqui por diante denominado apenas por 1996) inovou e, com uma concepção correta, em princípio, procurou obter informações do chamado ano safra (com defasagem de um mês), adotando o período de referência de 1/8/1995 a 31/7/1996, data de referência para área, pessoal e propriedade, 31/12/1995, e para efetivos da pecuária, de lavouras permanentes e da silvicultura, 31/7/1996. A coleta de dados, por sua vez, foi mais demorada que no censo de 1985, durando cinco meses entre agosto e dezembro de 1996. Para os autores Hoffmann e Graziano da Silva (1998), ocorreu uma tendência em subestimar as informações do Censo Agropecuário 1995/96, já que esse foi o primeiro censo a coletar os dados no ano safra, fazendo com que as informações dos outros censos ficassem com uma pequena diferença do período em que foi coletada as informações.

Esperava-se que o mesmo não ocorresse no censo seguinte, que acabou sendo o Censo Agropecuário de 2006. Este, à semelhança dos de 1980 e 1985, considerou, como data de referência, 31/12/2006 e período de referência, o ano de 2006, reavaliando-se, na prática, a intenção de considerar o ano safra e não o ano civil de 1996. Todavia, os questionários foram aplicados apenas a partir de 16 de abril de 2007, defasagem de quatro meses em comparação ao ocorrido em 1985. Também neste Censo as subestimativas foram constatadas.

3 Uso da terra em Minas Gerais

O estado de Minas Gerais possui 551.617 estabelecimentos rurais de acordo com o IBGE (2006), com isso, ocorre uma variação no uso da terra no estado, que podem ser percebidas e analisadas no decorrer deste item.

Na Tabela 2 visualizamos como ocorre o uso e ocupação do solo em Minas Gerais, sendo elencadas no decorrer dos censos, por áreas ocupadas pelas lavouras; pastagens; reflorestamento; matas; e outras áreas, que diz respeito a um local inaproveitável, área com benfeitorias e área aproveitável não usada.

As áreas de pastagens são as que mais se destacam nos anos analisados, em 1975 ocupava uma área referente à 71% de todo território mineiro, e em 2006, essa ocupação passou a ser de 55%. Essa diminuição provavelmente deu lugar às áreas de lavouras, que praticamente dobrou sua área em 2006, ocupando 5.328,1 mil hectares. As áreas destinadas para as matas nativas também aumentaram significativamente, em 1975 representava somente 9% em todo território mineiro, e em 2006, passou a ocupar 21% de área, aumentando 3.106,0 mil hectares, e isto deve ter ocorrido, como já citado anteriormente, pela criação de leis ambientais mais rígidas.

A predominância de pastagens no estado de Minas Gerais ocorre principalmente pela topografia que não é muito favorável para o cultivo de lavouras. Em grande parte do estado há a presença de planaltos, mais precisamente o Planalto Atlântico, sendo propício para a criação de gado, e somente em algumas áreas do estado que ocorre maior presença do cultivo de grãos, que necessitam de mecanização para o plantio e colheita, sendo essas áreas situadas mais ao oeste do estado.

Tabela 2 – Área dos estabelecimentos agropecuários do estado de Minas Gerais, segundo o uso da terra, em mil hectares e participação percentual, 1975-2006

Ano	Valor	Lavouras	Pastagem	Reforest.	Matas	Outras	Total
1975	Absoluto	3.980,8	31.931,3	587,9	4.048,8	4.074,5	44.623,3
	Relativo	8,9%	71,6%	1,3%	9,1%	9,1%	100,0%
1980	Absoluto	4.773,4	29.608,8	1.585,4	5.611,2	4.783,5	46.362,3
	Relativo	10,3%	63,9%	3,4%	12,1%	10,3%	100,0%
1985	Absoluto	5.340,1	28.924,2	1.767,9	5.478,6	4.326,0	45.836,7
	Relativo	11,7%	63,1%	3,9%	12,0%	9,4%	100,0%
1996	Absoluto	4.172,1	25.348,6	1.707,8	5.670,3	3.912,9	40.811,7
	Relativo	10,2%	62,1%	4,2%	13,9%	9,6%	100,0%
2006	Absoluto	5.328,1	18.217,9	983,6	7.155,6	1.398,4	33.083,5
	Relativo	16,1%	55,1%	3,0%	21,6%	4,2%	100,0%

Fonte: IBGE (1979, 1998, 2016, 2016a, 2016b). Obs.: o grupo Outras engloba área inaproveitável, área com benfeitorias e área aproveitável não usada. **Org.:** Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G., 2016.

A tabela 3 nos mostra as atividades pecuárias desenvolvidas no estado, percebemos que há um grande salto no número de criações de galináceos, em 1975 o total de frangos criados em granjas era de 32.483 animais, e em 2006 esse número passa para 83.509 animais, triplicando o número de cabeças no decorrer desses 31 anos. Este fato deve-se provavelmente à mudança na alimentação da população, passando a consumir mais carne de frango pelo seu preço em relação à carne bovina. Boa parte desta produção é destinada para o mercado externo, o estado exportou em 2015 um volume de 161,6 mil toneladas (FIEMG, 2015).

Em relação à criação de suínos e de bovinos, não houve aumento significativo no número de cabeças, permanecendo praticamente o mesmo no decorrer dos anos analisados. Minas Gerais é o 4º no ranking do plantel de suínos dos estados produtores, cerca de 5,2 milhões de cabeças, com a participação de 13,8% do total do rebanho nacional. O estado também exporta carne suína, em 2015 as exportações somaram 10,9 mil toneladas. Em relação à carne bovina, o estado está em 2º lugar no ranking nacional do efetivo rebanho de bovinos, com 23,7 milhões de cabeças (FIEMG, 2015). As outras criações, como equinos, muares, asininos, ovinos e caprinos, não representam um grande número de animais, havendo certa estabilidade no tamanho dos rebanhos no decorrer dos anos.

Tabela 3 - Tamanho do rebanho das principais atividades pecuárias no estado de Minas Gerais, em milhões de animais, 1975-2006

Ano	Galinhas	Suínos	Bovinos	Equinos, Maures e Asininos	Ovinos/Caprinos
1975	32.483,0	3.629,6	20.031,9	1.029,7	202,3
1980	50.901,0	3.214,4	19.577,5	1.074,6	171,9
1985	45.185,0	3.008,8	20.009,3	1.235,2	202,3
1996	67.998,0	2.631,3	20.064,8	1.117,4	186,6
2006	83.509,0	3.329,7	20.358,5	811,4	305,2

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009).

Org.: Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G., 2016.

A partir da Tabela 4, observamos a produção agrícola do estado no decorrer dos anos analisados. Em 1975 o destaque era para o cultivo de milho, ocupando mais 1,5 milhão hectares, sendo responsável por 38% da área cultivável do estado. No último censo, o milho ainda continua sendo o destaque de produção no estado mineiro, mesmo ocorrendo diminuição em sua área, ele ainda ocupa 1,1 milhão hectares. Outras lavouras que ganharam destaque no decorrer dos anos foram o café e a soja, aumentando sua área gradativamente. O café começa a ganhar força em sua produção a partir de 1985, e, ainda hoje, é um cultura de grande destaque na produção agrícola mineira, sendo colhidos no ano de 2015 mais de 21 milhões de sacas de café, e boa parte da produção é destinada para o mercado internacional (FIEMG, 2015). A soja também se destaca na produção de grãos, mas é só a partir de 1996 que ela ganha mais força em seu cultivo, sendo responsável por ocupar uma área de 10% no estado. A produção de soja em 2015 alcançou 3,5 milhões de toneladas, sendo que boa parte dessa produção é destinada para o mercado externo (FIEMG, 2015).

É importante destacar que alguns grãos, que são a base da alimentação da população brasileira, diminuíram drasticamente suas áreas cultivadas, como é o caso do arroz e do feijão. Se no ano de 1975, o arroz era uma das principais lavouras no estado, ocupando uma área de aproximadamente 700 mil hectares, no último censo, em 2006, este grão ocupou uma área de 43 mil hectares, estando visível a queda em sua produção. O mesmo ocorre com o cultivo do feijão, em 1975 havia uma área de 560 mil hectares plantados com este grão, e em 2006 encontramos somente 43 mil hectares em todo o estado.

Tabela 4 – Área das principais lavouras nos estabelecimentos agropecuários do estado de Minas Gerais, em mil hectares, e porcentual da área total de lavouras plantadas, 1975-2006

Ano	Lavoura	Área (em mil hectares)	Área (em porcentagem)
1975	Milho	1.518,5	38,1%
	Arroz	725,4	18,2%
	Feijão	560,5	14,1%
	Café	352,1	8,8%
	Cana	122,7	3,1%
	Algodão	69,6	1,7%
	Mandioca	50,6	1,3%
	Soja	48,4	1,2%
	Laranja	7,8	0,2%
1980	Milho	1.580,6	33,1%
	Feijão	705,1	14,8%
	Arroz	578,3	12,1%
	Café	537,5	11,3%
	Cana	169,1	3,5%
	Soja	146,7	3,1%
	Algodão	57,7	1,2%
	Mandioca	49,2	1,0%
	Laranja	17,7	0,4%
1985	Milho	1.584,6	29,7%
	Café	767,5	14,4%
	Feijão	732,6	13,7%
	Arroz	628,8	11,8%
	Soja	362,7	6,8%
	Cana	243,7	4,6%
	Algodão	156,6	2,9%
	Mandioca	97,8	1,8%
	Laranja	27,4	0,5%
1996	Milho	1.204,5	28,9%
	Café	790,0	18,9%
	Soja	442,9	10,6%
	Feijão	435,7	10,4%
	Cana	270,4	6,5%
	Arroz	148,1	3,6%
	Mandioca	67,5	1,6%
	Laranja	51,3	1,2%
	Algodão	39,1	0,9%
2006	Milho	1.094,0	20,5%
	Café	823,0	15,4%
	Soja	771,0	14,5%
	Cana	315,6	5,9%
	Mandioca	49,1	0,9%
	Feijão	43,9	0,8%
	Arroz	43,6	0,8%

	Algodão	23,3	0,4%
	Laranja	15,5	0,3%

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009). Obs.: foram elencadas lavouras que em alguma das cinco datas alcançaram mais 50 mil hectares de área cultivada. **Org.:** Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G., 2016.

Na Tabela 5 verificamos a diversificação da produção agropecuária e a cobertura vegetal no estado indicado pelos dados do censo agropecuário em 2006. De acordo com os dados, percebemos que a vegetação nativa representa mais de 30% do total da área do estado. Esse quantitativo se equipara com o número de hectares destinados à pastagens, havendo 30,9% da área destinada para este fim. Este fato ocorre principalmente pelo relevo que se encontra em Minas Gerais, não sendo viável o cultivo de algumas plantações, pois boa parte delas necessitam de mecanização tanto no plantio quanto na colheita. Neste período foram destinados 3.331.000 hectares para o cultivo de grãos, olerícolas e frutas, sendo o estado bastante diversificado em sua produção agrícola.

O café e a cana-de-açúcar também se destacam, sendo ocupados, respectivamente, 999 mil hectares e 907 mil hectares em todo o estado com o cultivo dessas monoculturas. Além do cultivo dessas plantações, também encontramos áreas destinadas para as forragens, sistemas agroflorestais, as florestas nativas, e outros usos, que seriam espaços que englobam área inaproveitável, área com benfeitorias e área aproveitável não usada.

Tabela 5 – Diversificação da atividade agropecuária e cobertura vegetal no estado de Minas Gerais, 2006

Atividade e cobertura vegetal	Área (mil ha)	%
Grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo e trigo)	3.136	5,3
Olerícolas (alho, batata, cebola, tomate de mesa e industrial, mandioca) e Frutas (abacaxi, banana, coco-da-baía, laranja e uva)	195	0,4
Pastagens	18.217	30,9
Forragens	759	1,3
Sistemas agroflorestais	845	1,4
Café	999	1,7
Cana-de-açúcar	907	1,5
Florestas plantadas	1.536	2,6
Vegetação nativa	19.585	33,3
Outros usos	12.700	21,6
Área total	58.879	100,0

Fonte: Censo Agropecuário IBGE (2006).

Org.: Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G., 2016.

Ao analisar os dados, percebemos como o uso do solo no estado de Minas Gerais é diversificado, tanto em relação ao cultivo de lavouras quanto à criação de animais. Essa produção, ao longo dos anos em que houve o censo agropecuário, foi mudando de perfil. Algumas lavouras deixaram de ter uma área significativa de produção, como o arroz e o feijão, e, outras passaram a ganhar mais importância, como a soja e a cana-de-açúcar. Percebemos que essas mudanças ocorreram concomitante com a condição do produtor em relação à propriedade, item que será analisado a seguir, e que nos ajudará a compreender os aspectos que influenciaram nesta transição.

4 Condição do produtor

Na Tabela 6, podemos avaliar a distribuição dos estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor, sendo eles considerados como proprietários; arrendatários ou parceiros; administradores; e ocupantes. De acordo com os dados obtidos nos anos analisados, a condição do produtor sendo proprietário do estabelecimento prevalece no ano de 1975, aproximadamente 80% dos produtores eram proprietários de suas terras, e em

2006 ocorre uma pequena diminuição, passando a ser 72%. O número de estabelecimentos que eram arrendatários e parceiros também apresentou uma queda, com 406 mil hectares a menos no último censo. A condição de produtor rural como administrador mostrou um aumento gradativo até o censo de 1996, apresentando uma área de 11.619,4 hectares, e em 2006, ocorre uma diminuição nessa área, com 8.096,5 hectares. Esta condição de produtor é bastante interessante, pois eles foram sendo incorporados ao longo do processo, onde os grandes proprietários, que não dedicam somente à produção agrícola, e sim em outros segmentos, contratam pessoas para administrar seus estabelecimentos.

Tabela 6 - Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários, em mil hectares, de acordo com a condição do produtor, Minas Gerais, 1975-2006

Condição	1975		1980		1985		1996		2006	
	Área	%								
Proprietário	35.654,3	79,9	33.302,5	71,8	32.161,9	70,2	27.422,1	67,2	23.913,4	72,3
Ar./Parceiro	1.107,9	2,5	1.282,5	2,8	1.370,2	3,0	1.140,2	2,8	701,8	2,1
Administ.	6.998,9	15,7	10.860,0	23,4	11.362,7	24,8	11.619,4	28,5	8.096,5	24,5
Ocupante	862,2	1,9	917,2	2,0	941,9	2,1	629,9	1,5	371,8	1,1
Total	44.623,3	100,0	46.362,3	100,0	45.836,7	100,0	40.811,6	100,0	33.083,5	100,0

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009).

Org.: Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G., 2016.

Nos censos realizados no decorrer dos anos, também foram levantados dados sobre o tipo de força empregada nos estabelecimentos agropecuários, podemos visualizar essas informações na Tabela 7. Em 1975 predominava a força de trabalho animal, com 127.068 estabelecimentos utilizando a tração animal para realizar as tarefas mais pesadas na propriedade. A partir da década de 1980, este cenário começa a sofrer algumas mudanças, principalmente pelo processo de modernização da agricultura que ocorre no território brasileiro, com a inserção de máquinas no campo. E este fator é percebido com o aumento da força mecânica empregada nos estabelecimentos, temos um salto de 20.000 estabelecimentos utilizando somente a força mecânica para desenvolverem as atividades em seus estabelecimentos, e esse destaque prevalece até no último censo, com 88.061 estabelecimentos utilizando somente esta força de trabalho. Já os estabelecimentos que utilizam as duas forças de trabalho, animal e mecânica, demonstra um auge na década de 1980, mas a partir da década de 1990 começa a decair, talvez pelo fato da força humana começar a ganhar mais força.

Percebemos que a força, a base do trabalho humano, no ano de 2006 ficou equiparada com a força mecânica, sendo que 82.202 estabelecimentos que utilizam somente este tipo de força. É interessante observar como esse quantitativo variou ao longo dos anos,

demonstrando que a força animal foi perdendo a preferência, e a mecânica e a humana, ganhando forças. Isto deve ter ocorrido principalmente pela Revolução Verde que ocorreu a partir da década de 1970, com a inserção de tecnologias voltadas para a agricultura, e mesmo possuindo máquinas para o cultivo de produtos agrícolas, é preciso da força humana para direcioná-las. No caso da força humana, seu crescimento a partir de 1985 pode estar associado à disseminação de pequenos estabelecimentos, de propriedade de moradores da cidade, destinados especialmente a atividades de lazer ou descanso (HOFFMANN; NEY, 2010).

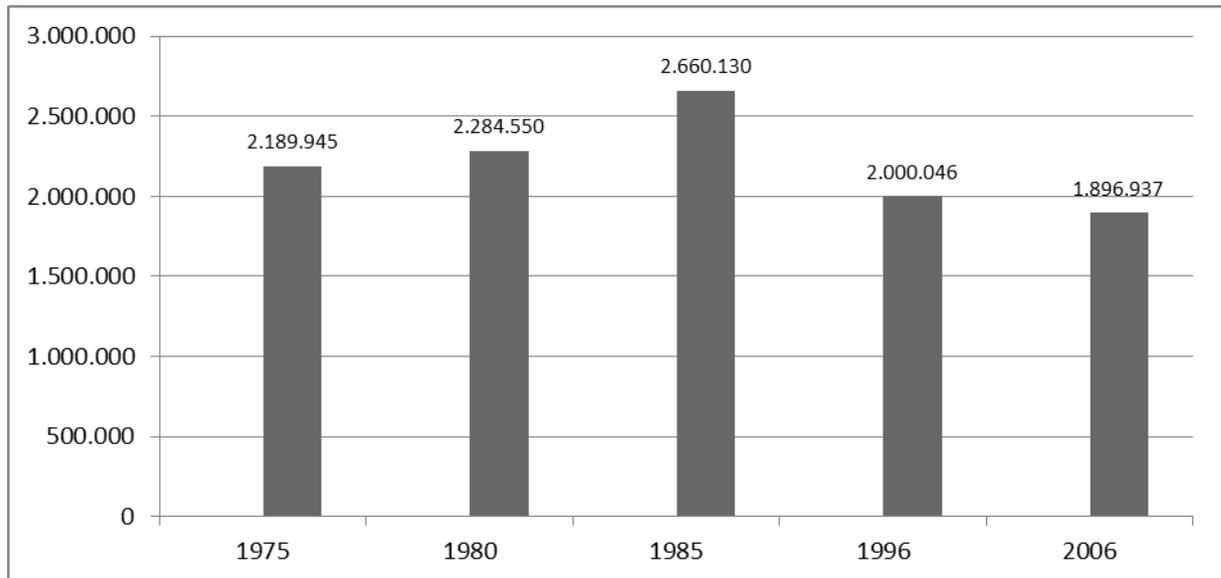
Tabela 7 - Tipo de força empregada nos trabalhos agrários dos estabelecimentos agropecuários do estado de Minas Gerais, 1975-2006

Ano	Número de estabelecimentos por tipo de força empregada							
	Animal		Mecânica		Animal + Mecânica		Humana	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1975	127.068	45,7	60.956	21,9	31.884	11,4	58.441	21,0
1980	63.652	23,3	80.308	29,4	79.324	29,1	49.761	18,2
1985	57.857	20,5	91.607	32,5	67.551	24,0	64.843	23,0
1996	26.687	12,3	95.487	43,8	41.825	19,2	53.761	24,7
2006	28.764	12,8	88.061	39,1	26.423	11,7	82.202	36,5

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009).

Org.: Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G., 2016.

No Gráfico 1 observamos o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, e esse quantitativo registra importantes variações ao longo dos anos analisados. Ocorre um ápice no ano de 1985, com 2.660.130 pessoas trabalhando no campo, esse número é bastante significativo, pois é o período em que houve um número maior de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Já no último censo, em 2006, houve uma queda nesse quantitativo, com a diminuição de mais de 700 mil pessoas. Essa redução pode ser justificada pelo fato da inserção de novas tecnologias no campo, não sendo necessário um grande número de mão de obra humana, e sim pessoas especializadas em trabalhar com equipamentos de alta tecnologia.

Gráfico 1 - Número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, Minas Gerais, 1975 a 2006

Fonte: IBGE (1979, 1984, 1989, 1998, 2009).

Org.: Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G., 2016.

Percebemos que esse quantitativo de pessoas ocupadas no campo pode variar de acordo com o tamanho dos estabelecimentos agropecuários, e há uma variação de acordo com o relacionamento que essas pessoas possuem com o proprietário da terra, sendo ele de acordo com o laço de parentesco que há com o responsável pelo estabelecimento, ou sendo assalariado ou parceiro.

A Tabela 8 demonstra como ocorre essa distribuição nos estabelecimentos. Nos estabelecimentos de até 10 hectares, apreendemos que há uma forte relação do trabalhador com o proprietário do estabelecimento, com 86,5%, já nos grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 hectares, esse quantitativo diminui drasticamente, somente 12% tem uma relação de parentesco com o proprietário. Esse número é invertido quando analisamos na perspectiva dos assalariados e parceiros, nos estabelecimentos de até 10 hectares, eles representam 13,5% do total, já no estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, essas pessoas representam 88% do total de pessoas ocupadas no estabelecimento. O tamanho dos estabelecimentos demonstra a relação que o proprietário tem com as pessoas que trabalham ou residem no estabelecimento, ficando claro que, quanto maior a propriedade, menor a relação de parentesco que os trabalhadores possuem com o responsável pelo estabelecimento.

Tabela 8 – Tipo de ocupação nos estabelecimentos agropecuários por estrato de área, Minas Gerais, 2006

Grupo (ha)	Laço de parentesco com responsável		Assalariados, parceiros e outros		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
0 a 10	543.290	86,5	84.538	13,5	627.828	100,0
10 a 100	529.233	66,2	270.073	33,8	799.306	100,0
100 a 1000	115.667	33,1	233.879	66,9	349.546	100,0
Mais 1.000	9.662	12,0	71.140	88,0	80.802	100,0
Total	1.194.545	64,3	662.937	35,7	1.857.482	100,0

Fonte: IBGE (2009).
2016.

Org.: Guimarães, A. R.; Baccarin, J. G.,
2016.

Os dados analisados são cruciais para entender como ocorreram as mudanças na estrutura agrária mineira, podendo ser avaliadas as informações sobre cada ano em que ocorreu o censo agropecuário, sendo comparadas e estudadas as informações obtidas, a fim de verificar os processos pelos quais o estado passou no decorrer dos anos.

5 Considerações finais

A realização do censo agropecuário é muito importante para que possamos compreender como ocorre o uso e ocupação do solo em Minas Gerais, podendo ser analisado a quantidade de hectares destinados para tais cultivos, assim como o número de pessoas empregadas nos estabelecimentos de acordo com o tamanho de cada um, e sua relação com o proprietário. Essas informações nos dão base para entender todo o processo histórico da agropecuária mineira, desde 1975 até 2006, foram coletados dados para entender as mudanças que ocorreram na estrutura agrária do estado de Minas Gerais.

De acordo com os dados analisados no decorrer do trabalho, percebemos que Minas Gerais é bastante diversificado, ocorrendo mudanças tanto em relação à produção, quanto em relação às pessoas que residem nos estabelecimentos agropecuários. Sobre a distribuição dos estabelecimentos agropecuários e suas respectivas áreas, percebemos que os estabelecimentos entre 10 e 100 hectares prevaleceram no decorrer dos anos analisados, no ano de 2006 ocupavam 44,7% da área no estado. Em relação ao uso da terra no estado, verificamos que as áreas de pastagens predominavam em todos os anos, em 2006 ocupava uma área de 55%. As lavouras foram aumentando sua área no decorrer dos anos, e no último censo já ocupavam 16% de todo o estado.

A respeito do tamanho dos rebanhos de Minas Gerais, a criação que mais se destacou foi a de galináceos, havendo um crescimento no decorrer dos anos, em 1975 havia em torno de 32.480 animais, e, no último censo, em 2006, esse número mais do que dobrou, com 83.500 animais em todo o estado. Este fato provavelmente ocorreu pela mudança na alimentação da população brasileira, com a inserção da carne de frango de granja no consumo do dia-a-dia, sendo esta carne mais procurada que a bovina, pois o preço é mais acessível para boa parte da população.

Em relação às principais lavouras cultivadas e suas respectivas áreas, em 1975 o destaque era para o cultivo do milho, com 38%, sendo este grão o principal a ser cultivado também em 2006, mas a sua área diminuiu, ocupando apenas 20% do território mineiro. Vemos também que houve uma alteração na base da produção agrícola, até a década de 1980, a prioridade era cultivar alimentos para a população brasileira consumir, como arroz e feijão, que em 1975, eram respectivamente, o segundo e terceiro grão mais produzido no estado, com 18% e 14% da área cultivada em Minas Gerais. Já em 2006, cada um desses grãos representam somente 0,8% da área cultivada no estado, uma diminuição significativa, pois o arroz e o feijão ainda são a base da alimentação brasileira. Esse panorama é modificado com a inserção e ascensão de alguns produtos, como o café e a soja. Se em 1975 o café representava 8% da área ocupada e a soja somente 1% de área cultivada, em 2006 o cenário agrícola de Minas Gerais se modifica, o café passa a ocupar 15% do território, e a soja 14% do total da área cultivada, demonstrando a mudança que vem ocorrendo em Minas Gerais no decorrer dos anos.

Percebemos que a distribuição das áreas dos estabelecimentos também sofreram algumas alterações ao longo dos anos, a principal delas é o aumento da participação dos administradores nesse grupo, em 1975 eles representavam 15%, e em 2006 esse número passou para 24%. Em relação ao número de proprietários, não houve muitas alterações, em 1975 eles representavam 80%, e em 2006 passou a ser 72%.

A força empregada nos trabalhos agrários dos estabelecimentos agropecuários também demonstrou algumas mudanças no decorrer dos anos, sendo que a mais se destacou foi a força de trabalho mecânica, com 39% de predominância dos estabelecimentos em 2006. A força de trabalho humana também se destacou, com 36% neste mesmo ano. Concomitante a este fator, percebemos que em Minas Gerais, ainda há muitas pessoas ligadas à agricultura e ao campo, no ano de 2006, havia 1.896.937 pessoas trabalhando nos estabelecimentos

agropecuários. O ápice no número de trabalhadores foi no ano de 1985, com 2.660.130 pessoas trabalhando no campo.

Nos estabelecimentos de pequeno porte, considerados como minifúndios, que possuem até 10 hectares, as pessoas que trabalham e moram nos estabelecimentos possuem grau de parentesco com o proprietário, com 86% do total de estabelecimentos no ano de 2006. Já os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, a predominância é para os assalariados, parceiros e outros, que representam 88%. Mostrando que, quanto maior o estabelecimento, menos relações pessoais os proprietários possuem com seus parentes, diferentemente dos pequenos estabelecimentos, pois a relação que eles possuem com os parentes é de suma importância para o desenvolvimento da propriedade, sendo necessária a mão-de-obra dos familiares para ajudar no cultivo e na manutenção do estabelecimento.

Ao longo do trabalho, pudemos verificar que o estado de Minas Gerais é bastante diversificado, ocorrendo mudanças ao longo dos anos. A estrutura agrária mineira sofreu algumas alterações devido às mudanças ocorridas em todo território brasileiro, como a inserção das monoculturas de exportação no espaço agrícola, sendo priorizado o cultivo de soja, milho, café e cana-de-açúcar. Mas somente alguns desses produtos que ganharam destaque na produção mineira, como o milho, o café e a soja. Há a produção de cana-de-açúcar no estado, mas ela não se destaca como no estado de São Paulo, o plantio dessa lavoura fica concentrada na parte oeste, mais especificamente no Triângulo Mineiro, onde o relevo é mais propício para o uso de máquinas para o plantio e colheita. Essas lavouras são cultivadas principalmente por grandes latifundiários, pois é preciso uma grande extensão de terras para seu plantio, não sendo viável que o pequeno agricultor cultive este tipo de lavoura, pois o tamanho de sua propriedade não possibilita um ganho extra na sua renda final, destinando somente a produção de alimentos para o autoconsumo e para alimentar os animais de sua propriedade. Uma saída que os pequenos proprietários estão aderindo para não perder suas terras, é arrendá-las ao grande produtor, que, cada vez mais necessita de áreas maiores para cultivar as monoculturas. Mas infelizmente este tipo de cultivo não respeita a história presente nos estabelecimentos, geralmente eles destroem tudo que há no estabelecimento, para facilitar o plantio e a colheita, demonstrando que o avanço do capitalismo no campo prioriza somente a produção e a venda dos produtos, não preocupando com o proprietário da terra e nem com o trabalhador.

Ademais, podemos concluir que em Minas Gerais ocorreram mudanças significativas na estrutura agrária, sendo palco de grandes transformações e mudanças na

agricultura, tanto para o próprio estado como para o território brasileiro. Percebemos que houveram mudanças nas lavouras cultivadas e também nas relações de trabalho. As informações poderiam ser complementadas e melhor avaliadas se tivéssemos mais subsídios, pois o último censo ocorreu há dez anos, e provavelmente algumas dessas informações mudaram, sendo passíveis de novas análises dessa conjuntura. Enfim, Minas Gerais assim como outros estados, passou e ainda passa por transformações no meio rural, demonstrando que no decorrer dos anos, ocorreram mudanças significativas na estrutura agrária mineira, mudando completamente o foco da produção agrícola, não sendo mais voltada para satisfação do consumo da população mineira, como o cultivo de arroz e feijão, e sim para o mercado externo, sendo priorizado o plantio do café e da soja, além da alta produção de milho, que é o destaque da produção em Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BACCARIN, José Giacomo; PEREIRA, Rafaela Lourençano. Avanço canavieiro e a Estrutura Agrária do estado de São Paulo, Brasil, no Período 1975 a 2006. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54., 2016, Maceió (AL). **Anais...** Maceió: SOBER, 2016. p. 20.

FIEMG – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **A agropecuária em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FIEMG, 2015. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/fjp-na-midia/3350-9-9-2015-em-minas-agropecuaria-cresce-mas-industria-e-servicos-despencam>>. Acesso em: 10 set. 2016.

HOFFMANN, Rodolfo; GRAZIANO DA SILVA, José. **O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil**. Campinas, 1998. (Relatório de Pesquisa).

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação (1970 a 2006)**. Brasília: MDA. 2010. 108 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário do Estado de Minas Gerais de 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/243/agro_1975_v1_t14_p2_mg.pdf> Acesso em: 5 set. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário do Estado de Minas Gerais de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_n16_p2_mg.pdf>

Acesso em: 5 set. 2016

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário do Estado de Minas Gerais de 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/47/ca_1985_n18_p2_mg.pdf>

Acesso em: 17 set. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário do Estado de Minas Gerais de 1995-96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/>

Acesso em: 21 set. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário do Estado de Minas Gerais de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009 (Segunda Apuração). Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default_tab_uf_xls.shtm> Acesso em: 21 set. 2016.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de Otto E.W. Maas. Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Tradução de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Tradução de Maria Beatriz Miranda Lima. São Paulo: Editora Debates, 1980.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; SOUZA, Esdras Cardoso; MARTINS, Humberto Eduardo de Paula. Produção agropecuária em municípios de Minas Gerais (1996-2006): padrões de distribuição, especialização e associação espacial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol. 50 n. 2, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000200008>

Acesso em: 27 set. 2016.